

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Acordo por Itaipu ameaça pesar de novo no consumidor.....	2
Título: Ministro quer renegociar com Paraguai bases do tratado	5
Título: MRS pode perder até 15% de carga com plano da Vale.....	6
Título: Kelman renuncia ao Ibram após Brumadinho	8
Título: Destaques	10
Título: CSN reforça medidas para suas barragens	10
Título: MPT busca acordo com Vale sobre indenização.....	12
Título: Petros está perto de negociar FIPs no mercado	14
Título: Novo plano é opção para enfrentar déficit.....	16
Título: Destaques	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Taxação do aço brasileiro pode parar na OMC.....	18
Título: Brumadinho, horror e responsabilidades	19
Título: Investidor deve ter cautela com ‘ondas’ do mercado financeiro	20
Título: ‘Notícia que não quero dar: fim das buscas’	21
Título: Aos poucos, a lama vai matando o Rio Paraopeba	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Intercâmbio.....	26
Título: Vídeo da Vale corre mundo como "dramático, horrível, chocante"	26
Título: Caso Vale ilustra o risco de investidor comprar ação de apenas uma empresa	27
Título: Milhares ligados às vítimas de MG devem precisar de atenção psíquica	30
Título: Não existe mais vida no rio, afirma secretário de Brumadinho	32

Título: Vale recusou monitoramento em tempo real de barragem.....	34
Título: Lama tira sono e tranquilidade de bairro em Brumadinho	36
VEÍCULO: O Globo.....	38
Título: E a sirene não tocou.....	38
Título: O luto e a lama	40
Título: Urubu na carniça.....	41
Título: Multas ambientais não podem ser ignoradas	42
Título: Justiça nega pedido de liberdade de engenheiros.....	43
Título: Política e mineração de mãos dadas em Minas Gerais.....	44
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	45
Título: Reforço nas buscas.....	45
Título: Sem a mesma sorte.....	47
Título: Donativos de sobra	48
Título: Depois do golpe humano, o baque no PIB.....	48

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Especial

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Acordo por Itaipu ameaça pesar de novo no consumidor

O governo tem nas mãos uma bomba-relógio: o vencimento do contrato da usina binacional de Itaipu em agosto de 2023, que pode custar bilhões às distribuidoras - e aos consumidores - em uma nova crise de desconstrução involuntária de energia. A negociação entre Brasil e Paraguai precisa avançar com urgência, uma vez que as empresas já estão contratando, desde o ano passado, energia com entrada em operação em 2023, contando com a manutenção das regras vigentes do contrato - o que dificilmente deve acontecer.

Hoje, o Brasil tem direito a 50% dos 14 gigawatts (GW) de energia da usina, além de comprar 85% da fatia correspondente ao Paraguai. No total, essa energia abastece cerca de 15% da demanda das distribuidoras no país e é alocada por meio de cotas proporcionalmente em cada uma. Cada distribuidora tem uma "cota" equivalente a um percentual da garantia física da usina alocada ao Brasil. Esse percentual continua sendo considerado nas declarações de demanda das distribuidoras para depois de 2023, ainda que não se tenha garantia de que as condições serão as mesmas.

Com o vencimento do chamado Anexo C do contrato, que determina as regras de comercialização da energia da usina, devem acontecer mudanças, como a nova alocação da energia por meio de leilões. Além disso, o Paraguai pode negociar sua parcela a preços mais atrativos para eles, e mais altos para os consumidores brasileiros.

Algumas distribuidoras podem ficar com buracos em seus portfólios, caso não consigam recontratar a energia de Itaipu em leilões ou se o Paraguai encontrar outro destino para sua fatia hoje vendida no Brasil.

De acordo com o especialista em energia Rômulo Mariani, do escritório Baraldi Mariani Advogados, dado que a usina hidrelétrica é responsável por uma fatia relevante da energia consumida no país, a renegociação do anexo C do Tratado de Itaipu enseja grande necessidade de planejamento. "O impacto dessa energia na atividade das distribuidoras é enorme", afirmou.

"O horizonte de planejamento quando se projeta o consumo de energia é de longo prazo. Novos ativos de geração em suas mais diversas fontes são projetados com anos de antecedência. Logo, saber com bastante antecedência como a energia de Itaipu será alocada em nosso mercado é de alta importância, pois impacta todo esse horizonte de planejamento", explicou o especialista.

Em 2014, uma crise de desconstrução involuntária fez com que as distribuidoras contraíssem uma dívida de mais de R\$ 21 bilhões com bancos, montante repassado às tarifas e cujo pagamento ainda é responsável por quase 7% da tarifa média de energia do país. Especialistas alertam que o cenário pode se repetir.

O potencial de estrago é grande. Se o Paraguai não renovar o contrato e decidir vender essa energia no mercado livre, a exposição média das distribuidoras será relevante. Além disso, quanto menor o tempo suficiente para entrada em operação de novos empreendimentos de geração, maior é o custo. Se uma

mudança do tipo for definida em 2020, por exemplo, os novos projetos terão menos de três anos para entrar em operação, implicando um custo muito maior às tarifas.

O Anexo C vence em agosto de 2023, mas o mandato presidencial do Paraguai começa em agosto de 2022. Como não há reeleição no país, um acordo com o atual presidente, Mario Abdo Benítez, teria até meados de 2022 para ser concluído, alertou uma fonte próxima da situação.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o problema é menor do que parece. O Anexo C vence em 2023, mas o Tratado de Itaipu, que continuará em vigor, determina que, no caso de um país não consumir toda a energia de Itaipu a que ele tem direito, ele deve exportar o excedente para o outro signatário. Portanto, na prática, a energia da hidrelétrica destinada ao Paraguai e não consumida por aquele país deve ser fornecida ao Brasil. O que será revisto até 2023 é o valor de comercialização dessa energia a partir daquele ano, pois é justamente quando termina o pagamento do financiamento da obra de Itaipu.

"Não vejo grande mudança. O que será revisto é o que terá que ser pago. Porém todas as regras do tratado permanecem", afirmou Sales, ao **Valor**. "O Paraguai não pode fazer o que quiser com essa energia", completou.

Para Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a necessidade física de energia de Itaipu está garantida, uma vez que o Paraguai não tem outras alternativas para escoar essa energia. Seguindo essa lógica, a decisão de manter o percentual de garantia física no portfólio das distribuidoras foi correta. "Se as distribuidoras comprassem essa energia a partir de agora, poderiam ficar com mais contratos que sua necessidade física. Não podemos desconsiderar essa energia, se não haveria uma expansão irracional do sistema", disse.

O presidente da PSR, Luiz Barroso, tem opinião divergente. "Tudo vai depender das oportunidades que o governo paraguaio tiver para comercializar essa energia, obedecendo as regras do tratado", disse Barroso, que é ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo ele, se o Paraguai tiver uma oferta para vender essa energia a um preço maior para outro país, o Brasil teria que cobrir o montante, que seria repassado aos consumidores.

Não há rede de transmissão suficiente para escoar essa energia para outros países, mas há arranjos que podem ser feitos, segundo Barroso. "O Paraguai

tem também uma usina binacional com a Argentina, pode fazer um 'swap' e deixar a Argentina com 100% da energia dessa usina, passando a usar parte de Itaipu hoje destinada ao Brasil", explicou.

Também não há consenso sobre o preço da energia de Itaipu depois do fim do contrato. Como vai terminar o pagamento do financiamento da usina, à princípio, a tendência seria de queda, mas as incertezas sobre a forma da comercialização dessa energia não permitem garantir que será esse o caso.

Outro cenário possível é que o Paraguai aproveite, no longo prazo, a redução do custo da energia de Itaipu, disse Sales, do Acende Brasil. Nesse caso, o governo paraguaio poderá estimular a ida de grandes indústrias para o país, oferecendo um custo baixo de energia, principal insumo para muitos processos industriais. Nesse caso, um consumo maior de energia no Paraguai pode reduzir o volume de energia de Itaipu que o país exporta para o Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Ministro quer renegociar com Paraguai bases do tratado

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, incluiu entre as prioridades de sua pasta a renegociação com o Paraguai das bases financeiras do Tratado de Itaipu e a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3. Os dois temas, complexos, podem ser a primeira prova de fogo da relação do ministro com a equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro.

A agenda para o mercado de energia elétrica apresentada pelo ministro na primeira reunião oficial com as associações do setor elétrico, na última semana, em Brasília, é muito semelhante a que foi elaborada pela equipe energética do então ministro Fernando Coelho Filho, com a adição do tema da conclusão da usina de Angra 3. É de se esperar, então, que boa parte das medidas siga a estratégia traçada por aquele grupo.

No caso de Itaipu, uma das propostas articuladas pela equipe de Coelho Filho com os então ministérios da Fazenda e Planejamento era a de aproveitar a renovação do contrato da usina para criar uma nova forma de comercialização de energia da hidrelétrica para o Brasil, atualmente feita por cotas. A ideia seria mudar esse modelo basicamente para uma venda por leilões para os mercados livre e/ou regulado. A renda oriunda desses leilões, descontando o custo de

operação da usina, geraria um excedente ao governo brasileiro, que poderia ser usado para reduzir encargos do setor elétrico ou ir para o Tesouro.

Segundo uma fonte do setor elétrico, com a intenção do governo Bolsonaro de concluir Angra 3, que ainda demanda investimentos de R\$ 15 bilhões, uma saída para evitar um aumento de preço da energia para o consumidor seria utilizar a parte da eventual renda de Itaipu do Tesouro para reduzir o custo da construção da usina nuclear.

A ideia, porém, precisaria do aval do Ministério da Economia, que atualmente está focado em ajustar o desequilíbrio das contas públicas e certamente se interessaria pelos recursos da renda de Itaipu.

De acordo com a fonte, o total dessa renda poderia ser algo da ordem de R\$ 2,8 bilhões anuais. Esse valor considera um preço hipotético de venda da energia de R\$ 120 por megawatt-hora (MWh), para um custo da ordem de R\$ 40/MWh.

"Usar isso para concluir Angra 3 evitaria que a tarifa da usina nuclear aumentasse e preservaria o contrato que foi assinado, ou seja, evitaria que aumentasse o encargo de energia de reserva [cobrado de todos os consumidores do país]", disse a fonte ao **Valor**. Para reequilibrar as contas de Angra 3, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou um reajuste da tarifa da energia da usina nuclear, de R\$ 250/MWh para R\$ 480/MWh.

O **Valor** apurou ainda que o tema de Itaipu dominou a pauta de um fórum sobre aperfeiçoamento de mercado realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), na semana passada, no Rio, e que contou com vários especialistas do setor elétrico. Entre as principais preocupações dos participantes do encontro, estavam o aumento do preço da energia de Itaipu para as distribuidoras e o risco de a decisão ficar para a última hora e resultar em um acordo com bases menos favoráveis para o Brasil.

O Anexo C do Tratado de Itaipu, que rege sobre a comercialização da energia da usina, tem vencimento em 2023.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires | De São Paulo

Título: MRS pode perder até 15% de carga com plano da Vale

O plano da Vale de desativar a produção de nove minas de ferro em Minas Gerais, anunciado após a tragédia de Brumadinho (MG), poderá ter um efeito

significativo nos volumes operados pelos trilhos da concessionária de ferrovia MRS Logística, da qual a mineradora é uma das sócias.

A MRS capta aproximadamente 30 milhões de toneladas das 40 milhões de toneladas anuais que a mineradora deixará de produzir no prazo de um a três anos. Isso equivale a uma perda potencial de 15% do total de cargas escoadas pelos trilhos da MRS.

Mas, conforme a diretora de finanças, planejamento e relações com investidores da MRS, Fabrícia Gomes de Souza, se essa perda de fato se consumir, o reflexo financeiro para a companhia será mitigado. A MRS se diz protegida pelos contratos "take or pay" que tem com a Vale, modalidade que assegura o cumprimento do contrato ou, em caso de descumprimento, o pagamento a quem teve o negócio frustrado. Os contratos da MRS com a Vale vão até o fim da concessão da ferrovia, em 2026.

Em geral, nesse tipo de contrato há cláusula de excludente de responsabilidade quando algo ocorre fora do controle das partes. A questão é saber se, neste caso, o evento poderia ou não ter sido evitado pela mineradora.

Além disso, a expectativa é que o plano da Vale de descomissionamento de barragens e desativação de minas seja - conforme anunciou a mineradora - parcialmente compensado por aumentos da produção em outras minas. Por isso, 15% é o pior cenário de perda com que a MRS trabalha, mas a expectativa é de que o percentual fique abaixo disso.

"Seria um máximo 15% do volume transportado pela MRS potencialmente atingido, mas é estimativa, pois é muito recente. Ainda não temos totalmente mapeado qual será o impacto nesses três anos", disse a executiva em entrevista ao **Valor**.

"Obviamente uma perda de volume não é bom, mas não vai gerar grande dano. A MRS é uma empresa que tem um colchão de liquidez muito grande, está super desalavancada", disse Fabrícia. A alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida sobre lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), foi 1,36 vez em setembro, dado mais recente. Foi o melhor nível trimestral desde 2010.

Já o efeito do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão nos números da MRS deste ano será menor. A MRS é a operadora logística responsável por buscar o minério de ferro nessa mina. A estimativa é que a paralisação da produção reduza entre "2% e 2,5%" o volume de minério de ferro transportado pela MRS. A commodity é a principal carga que vai sobre seus trilhos.

Em 2017, último ano completo com dados disponíveis, a MRS escoou 116 milhões de toneladas da carga em sua malha, o equivalente a 68% da tonelagem total movimentada pelas linhas da operadora no período.

Os principais acionistas da MRS são a própria Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O bloco controlador da companhia é formado por essas companhias mais a Gerdau e Usiminas.

O rompimento da barragem de rejeitos varreu duas locomotivas e 138 vagões da concessionária que estavam no pátio ferroviário da Vale no momento. Três funcionários ligados à MRS morreram e um está desaparecido. O parque ferroviário da MRS soma mais de 700 locomotivas e mais de 20 mil vagões. A malha ferroviária sob concessão da MRS não sofreu dano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Kelman renuncia ao Ibram após Brumadinho

Quinze dias depois de ser eleito para a presidência-executiva do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o engenheiro Jerson Kelman renunciou ao cargo, na sexta-feira. A decisão foi pessoal, segundo apurou o **Valor**, e foi tomada uma semana após a tragédia de Brumadinho (MG). A entidade, que representa as grandes mineradoras do país, perde um executivo de renome que foi contratado para executar um planejamento estratégico ambicioso, o qual terá, agora, de ser revisto depois do segundo rompimento de barragens ligadas à Vale em três anos: o primeiro foi o da Samarco, controlada por Vale e BHP Billiton, em 2015. No dia 25, o da mina de Feijão.

Kelman trabalhou por duas semanas no Ibram até pedir demissão. Procurado para comentar a renúncia, antecipada na sexta-feira pelo **Valor PRO** - serviço de informações em tempo real do **Valor** - o executivo não foi localizado. Kelman foi eleito pelo conselho diretor do Ibram, que reúne representantes das suas associadas, no dia 18 de janeiro. Engenheiro civil, Kelman foi diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e presidiu a Agência Nacional de Águas (ANA), além de ter presidido a distribuidora de energia Light e a Sabesp, estatal paulista de saneamento.

Agora o conselho diretor da entidades das companhias de mineração do país terá que buscar outro nome para liderar a entidade. Kelman havia sido eleito para conduzir uma "nova fase" da entidade, executando um planejamento que

já vinha sendo desenvolvido e que seria posto em prática em dois anos. Agora, o setor terá que se reposicionar e buscar novo diálogo com governo e sociedade, além de tentar reconstruir a sua reputação, mais uma vez abalada por uma tragédia de grandes proporções.

Com a eleição de Kelman, as mineradoras do Ibram pretendiam estabelecer um diálogo mais permanente e eficaz com o governo e com a sociedade civil, segmentos responsáveis pelas licenças ambientais e sociais para que as empresas operem. Com a sua experiência, Kelman era visto como a pessoa certa para reposicionar o setor, que respondeu, em 2017, por mais de 36% do saldo da balança comercial do país e por 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do próprio Ibram.

A chegada de Jerson Kelman ao Ibram se deu três anos depois do desastre socioambiental provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em 5 de novembro de 2015, o que piorou muito a percepção da opinião pública em relação à mineração brasileira. Antes mesmo do acidente a atividade mineral no Brasil era vista, pelo senso comum, como atividade predatória para o meio ambiente.

"A mineração é a indústria das indústrias", disse ao **Valor** Luis Eduardo Osorio, presidente do conselho-diretor do Ibram, pouco depois da eleição de Kelman. Osorio também é diretor-executivo da Vale nas áreas de sustentabilidade e de relações institucionais. A afirmação de Osorio refere-se ao fato de que a mineração é um insumo a partir do qual são produzidos os mais variados produtos. A tentativa do Ibram, antes de Brumadinho, de buscar um novo posicionamento de imagem, coincidiu com a transição de governo.

A administração Bolsonaro já deu indicações, neste começo de governo, que pode discutir temas sensíveis ao setor, como a mineração em terras indígenas e a mineração de materiais nucleares (urânio). Depois de Brumadinho, o governo reagiu ao desastre dando sinais, em um primeiro momento, que poderia intervir na Vale, ideia que foi prontamente afastada. Antes de se internar para passar por cirurgia, o presidente Jair Bolsonaro prometeu apurar os fatos, cobrar justiça e tomar medidas para prevenir novas tragédias como as de Mariana e Brumadinho. A Vale respondeu rápido à tragédia, anunciando várias medidas.

As associadas ao Ibram respondem por 90% da produção mineral do país. São elas: Anglo American, AngloGold Ashanti, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Copelmi

Mineração, Embú, Gerdau Açominas, Kinross Brasil Mineração, Mineração Rio do Norte (MRN), Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), Mosaic Fertilizantes, Nexa Resources, Samarco Mineração e Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério passa de US\$ 85

O preço do minério de ferro no mercado chinês foi negociado a US\$ 85,53 a tonelada no porto de Qingdao. A commodity teve aumento de 0,22% nas negociações para o produto com teor de 62%, conforme informação da "Metal Bulletin". Impactado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), o minério de ferro acumulou, até sexta-feira, aumento de 17,6% no ano.

MPT negocia com a Vale

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tenta costurar um acordo com a Vale para que a empresa pague antecipadamente parte da indenização devida a cada uma das famílias que perdeu parentes na tragédia ocorrida na cidade de Brumadinho (MG), há pouco mais de uma semana, com o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão. A antecipação é um dos pontos que os procuradores pretendem incluir no termo de ajustamento de conduta (TAC) que deve ser apresentado na quarta-feira à direção da empresa. O valor da antecipação ainda precisa ser discutido, mas uma das propostas defendidas por sindicatos que representam trabalhadores da Vale é que cada família receba R\$ 500 mil já. A proposta com esse e outros valores foi levada sábado à empresa pelo MPT. "A resposta foi negativa", afirmou Elaine Nassif, procuradora que integra a equipe do MPT que lida com o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro | Do Rio e de São Paulo

Título: CSN reforça medidas para suas barragens

Depois de Brumadinho, a CSN Mineração, empresa controlada pela siderúrgica de Benjamin Steinbruch e que tem grupos asiáticos como sócios, vai reforçar a implementação de medidas para reduzir ao máximo os riscos associados à sua

operação de minério de ferro no complexo de Casa de Pedra, em Congonhas (MG). Após a tragédia de Mariana, em 2015, e sob pressões da população, de ambientalistas e do Ministério Público, a CSN passou a dar maior atenção ao beneficiamento a seco do minério, sem o uso de água. Agora, o plano da empresa é chegar ao fim de 2019 eliminando por completo a deposição de rejeitos na principal barragem da empresa em Casa Pedra, construída pelo método a jusante e que ainda está ativa. Esse reservatório é considerado de baixa probabilidade de risco, mas tem alto potencial de dano por estar situado muito próximo à área urbana de Congonhas.

Depois do rompimento de Feijão, a CSN procurou fazer um alinhamento na sua diretoria sobre a situação de suas barragens. O **Valor** apurou que houve uma reunião de toda a diretoria - com executivos e gerentes e a presença do próprio Steinbruch - na sexta-feira, na sede da companhia em São Paulo. O tema barragens predominou nas apresentações. Procurada, a empresa não confirmou esse evento nem quis se pronunciar sobre o assunto.

A avaliação dentro da CSN é de que as barragens da companhia oferecem conforto, em termos de gestão de risco, mas, mesmo assim, a empresa continuará tomando medidas para reduzir esses riscos ao máximo possível.

O plano da CSN Mineração prevê, a partir de 2020, não fazer mais nenhum depósito de rejeito na barragem da mina Casa de Pedra. A barragem tem alteamento a jusante, com fundação feita no terreno com estrutura mais firme. Já no sistema a montante, como as de Brumadinho e Mariana, o reservatório é expandido com os próprios rejeitos. No caso da CSN, a empresa vem investindo em tecnologias de processamento a seco, que são mais caras e resultam em produto final com menor teor de ferro (mais pobre comercialmente), embora essa tecnologia elimine o risco associado ao uso de barragens.

O planejamento da CSN Mineração prevê, primeiro, aumentar o processamento a seco em Casa de Pedra para depois descomissionar (fechar) a principal barragem do complexo. No momento, segundo informações, após compra de dois sistemas de beneficiamento (separação magnética e filtragem), a empresa já está processando 40% do rejeito da mina a seco, que é compactado em um local já licenciado para deposição do material inerte. Até julho deve iniciar operação da outra unidade, permitindo chegar ao fim de 2019 com 100%. Na compra dessas instalações, a CSN teria investido em torno de R\$ 200 milhões.

Nesse processo, os rejeitos líquidos são retirados com drenagem, um processo que não ocorre de uma hora para a outra. O descomissionamento dessa grande barragem será feito depois do término da deposição de rejeitos a úmido. A barragem tem capacidade de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos, mas tem ao menos um terço não utilizado. No total, a CSN tem nove barragens,

sendo as demais de menor porte e algumas delas construídas a montante que estão inativas ou em fase de descomissionamento.

Além da barragem grande em Casa de Pedra, conhecida como B6, a empresa tem outras duas desativadas (B4 e B5). No município de Rio Acima, há mais de um ano está em fase de descomissionamento da barragem de Fernandinho, que tem outras três auxiliares. Outra instalação é a do Pires, com duas barragens na região entre Congonhas e Ouro Preto.

Segundo informações do site da empresa, a CSN Mineração é a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil, atrás da Vale. Há estimativas que a produção anual de Casa de Pedra está em ritmo de 34 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Além da planta principal de beneficiamento, a empresa tem plantas móveis que processam material pelo sistema de tecnologias a seco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Brumadinho (MG)

Título: MPT busca acordo com Vale sobre indenização

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tenta costurar um acordo com a Vale para que a empresa pague antecipadamente parte da indenização devida a cada uma das famílias que perdeu parentes na tragédia ocorrida na cidade de Brumadinho (MG), há pouco mais de uma semana. A antecipação é um dos pontos que os procuradores pretendem incluir no termo de ajustamento de conduta (TAC) que deve ser apresentado na quarta-feira à direção da empresa.

O valor da antecipação ainda precisa ser discutido, mas uma das propostas defendidas por sindicatos que representam trabalhadores da Vale é que cada família receba R\$ 500 mil imediatamente. A proposta com esse e outros valores foi levada no sábado à empresa pelo MPT. "A resposta foi negativa", afirmou Elaine Nasssif, procuradora que integra a equipe do MPT que lida com o caso.

Os R\$ 500 mil têm como referência outra tragédia mineira, ocorrida em 2015, quando a barragem de Fundão, da mineradora Samarco, na cidade de Mariana (MG) ruiu, matando 19 pessoas. O valor total da indenização a cada uma das famílias que perdeu parentes naquele ano chega a R\$ 2 milhões.

O número de mortos em Brumadinho, com a queda da barragem de rejeito de minério de ferro da mina do Córrego do Feijão, pode chegar a 350. Ontem, bombeiros e socorristas continuavam as buscas por corpos no meio da lama que desfigurou a zona rural da cidade. Segundo a assessoria dos Bombeiros de

Minas Gerais, os números divulgados até sábado são 121 mortos e 226 desaparecidos. A próxima atualização será feita hoje.

"Vamos elaborar esta semana uma nova proposta para a Vale, que deve ser apresentada na quarta-feira", disse Elaine. A ideia é que as famílias vítimas da barragem do Feijão recebam sua indenização - ainda que uma parte dela - num prazo mais curto do que as de Mariana.

A Vale está ofertando a título de doação R\$ 100 mil para cada família que perdeu parentes em Brumadinho. A empresa diz que não se trata de parte de indenização e o MPT reafirma que essa é uma decisão espontânea da companhia, que, de fato, não tem relação com um futuro TAC.

Os procuradores querem incluir nesse TAC outros pontos além do adiantamento. São eles: estabilidade de emprego por um período a definir dos funcionários sobreviventes, proibição para que eles sejam transferidos, pagamento do abono salarial e manutenção do plano de saúde para os familiares dos que morreram ou estão desaparecidos.

Para os procuradores, a estabilidade não apenas daria um pouco de tranquilidade aos trabalhadores sob trauma, mas também ajudariam as investigações.

Ontem, no centro de Brumadinho, procuradores do MPT ouviram funcionários da unidade da Vale destruída pela tragédia. "A maioria ficou com receio de falar porque não tem estabilidade de emprego", disse Elaine.

"O temor é bastante justificável porque há sempre uma vigilância sobre esses atores; a pessoa já tem temor de ser despedida quando nada está acontecendo, imagina uma situação dessas em que o funcionário possa revelar fatos que venham a comprometer ainda mais a empresa", acrescentou a procuradora.

Na audiência de ontem, os cerca de 20 trabalhadores que se dispuseram a falar com os procuradores repetiram que acreditavam na estabilidade da barragem. Mais: disseram que ninguém tinha receio de ir para o refeitório, que ficava num ponto abaixo da barragem que ruiu. O refeitório acabou engolido pela lama.

Os procuradores também ouviram que, para os funcionários, não estavam claras as rotas de fuga e o treinamento para o caso de rompimento da barragem não foi suficiente. A Vale diz que as rotas de fuga estavam de acordo com seu plano de ação de emergências e houve um treinamento com funcionários em outubro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2019****Seção: Finanças****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Petros está perto de negociar FIPs no mercado**

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, está prestes a concluir uma negociação para venda, no mercado secundário, de quotas de um dos Fundos de Investimento em Participações (FIP) que possui em sua carteira. Se tiver sucesso, a iniciativa será inédita entre os fundos de pensão, e pode servir como estratégia madura de desinvestimentos no segmento, disse em entrevista ao **Valor** o presidente da fundação, Daniel Lima.

"Estamos tendo sucesso em algumas negociações", afirmou. Sem dar mais detalhes sobre o negócio, o executivo acrescentou que espera concluir a primeira venda dentro de algumas semanas, o que chamou de "projeto-piloto".

O segmento é sinônimo de aplicações problemáticas para a Petros. Um dos exemplos mais conhecidos é o FIP Sondas, que investiu na empresa de sondas Sete Brasil. Atualmente há um recurso contra a Petrobras em uma câmara de arbitragem para tentar recuperar os prejuízos causados por um esquema de corrupção envolvendo a petroleira.

Não haveria empecilhos de realizar vendas de ativos que tenham alguma pendência judicial. "Se o comprador tiver interesse na questão judicial, depende. Depende da natureza da questão judicial. Estamos falando de um mercado que não é estruturado no Brasil. Isso é muito no caso a caso", comenta Lima.

Em termos de valores, a aplicação em FIPs atualmente é pequena comparada ao patrimônio total da Petros, de R\$ 86 bilhões. A Petros tem 30 FIPs que em novembro de 2018 representavam R\$ 1,3 bilhão. Ao longo dos últimos anos, já foram feitas as baixas contábeis nos balanços da fundação, alguns até mesmo com avaliação negativa.

"Não é só pelo tamanho do investimento marcado hoje, mas sim pelo operacional que o monitoramento destes FIPs carrega. Há um custo de observância nada desprezível", lembra, afirmando que a estratégia representa uma racionalização da gestão e aumento de eficiência da carteira. Lima chegou ao fundo de pensão em outubro de 2017 como diretor de investimentos. Com a saída de Walter Mendes um ano depois, o executivo assumiu como presidente e vai permanecer à frente da fundação.

Para 2019, a Petros tem um cenário de uma "boa performance dos investimentos" e considera que algumas das reformas propostas pelo governo Bolsonaro devem ser atendidas "em alguma base". Com a recuperação da economia brasileira, a renda variável tende a se beneficiar. Já com a queda dos juros, o rendimento dos títulos do Tesouro NTN-B ficará abaixo das metas atuariais.

No ano passado, com a volatilidade do mercado de juros, a Petros negociou R\$ 18 bilhões em títulos públicos. Se até então era possível conseguir rentabilidades de cerca de 6% ao ano, agora elas estão abaixo de 4% - diante de uma meta atuarial de 5,3%, em média.

"Para nós, 2019 será um ano de fazer gestão mais ativa, porque as grandes tendências que enxergávamos já se apropriaram na renda fixa. Na renda variável, o cenário é de recuperação da economia. Se a economia se recupera, teremos uma tendência de alta", afirma Lima, acrescentando que vai procurar fazer "hedge" (proteção) sem revelar sua estratégia.

A renda variável do PPSP, plano de benefício definido e que concentra as principais participações da fundação, sofre do que Lima chamou de "risco específico", enquanto no PP-2, de contribuição definida, as participações são pulverizadas.

No ano passado, a rentabilidade da renda variável do PP-2 ficou em linha com o mercado, enquanto a do PPSP, não. "Ali você tem os FIPs, Invepar, Nesa [Norte Energia], BRF. São investimentos muito grandes e que, por serem representativos na carteira, as suas histórias idiossincráticas acabam se refletindo no desempenho da renda variável", explica o presidente da Petros.

No caso da Vale, a participação do fundo de pensão se dá por meio da Litel - veículo de investimentos dos fundos de pensão - e representa cerca de R\$ 4 bilhões. Desde que chegou na fundação em 2017, ainda como diretor financeiro, Lima determinou que as ações fossem marcadas a mercado.

Segundo o executivo, uma potencial venda de qualquer participação vai depender das condições de mercado. "Não é verdade que precisamos sair de 15% [de uma empresa] para zero. Tem ajuste nas posições que vamos fazer. Não devemos sair de Vale, mas é bem possível que vamos vender alguma coisa no PPSP", disse Lima, em entrevista concedida na sede de Petros, antes da tragédia em Brumadinho (MG).

O executivo não descarta que a venda possa ser feita em conjunto com outros fundos de pensão. "A grande parte da exposição está em Litel, é importante o

alinhamento entre as entidades. É uma posição relevante. Vamos conseguir um melhor 'deal' negociando conjuntamente."

Com o forte recuo das ações da mineradora após o rompimento da barragem, a Petros esclareceu que sua concentração em Vale está dentro dos parâmetros de risco. Também informou que a suspensão dos dividendos anunciada pela empresa não compromete a liquidez do fundo de pensão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Novo plano é opção para enfrentar déficit

A criação de um novo plano de contribuição definida (CD) para substituir o PPSP, de benefício definido, é uma alternativa para enfrentar a realidade do plano deficitário da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. O quanto antes ele for aprovado, será melhor, na visão do presidente do fundo de pensão, Daniel Lima.

"Quanto antes for oferecida uma alternativa voluntária, melhor", afirmou, ao ser questionado se seria possível uma viabilização do novo plano, chamado "PP-3", em 2019. O executivo lembrou que o plano de equacionamento atualmente em curso não está sendo integralmente cumprido por conta de diversas liminares obtidas por participantes. Para ele, a medida é legítima, mas torna ainda mais grave a situação do plano. "As pessoas estão buscando o que entendem ser os seus direitos. Precisamos ter consciência de que há efeitos colaterais. Estamos aqui para buscar alternativas que enfrentem a realidade do plano", argumenta.

A proposta de migração é da Petrobras, patrocinadora do PPSP. A principal vantagem na troca é o fim dos descontos extraordinários no salário para cobrir déficits - o plano de benefício definido tem resultado negativo de R\$ 27,7 bilhões até o final de 2017, que exige contribuições extras dos participantes e da patrocinadora. Entretanto, os participantes teriam uma reserva menor e deixariam de ter uma renda vitalícia.

A modalidade de benefício definido permite ao participante escolher o valor que deseja receber na aposentadoria, de forma vitalícia, e a partir daí se estabelecem os valores a contribuir. No modelo de contribuição definida, o beneficiário converte a poupança acumulada na maior renda possível ou resgata o valor integralmente.

A Petros é um fundo de pensão multipatrocinado e atualmente administra 39 planos. Por isso, na visão do presidente, não haveria problema em administrar mais um, independentemente do seu tamanho. "A massa mínima para administrar um plano a mais é muito pequena", disse Lima.

Já o perfil de investimento do PP-3 dependerá de quem aceitar a migração. Segundo ele, não é possível falar hipoteticamente de fundos de pensão e tudo vai depender das características do passivo.

"O papel da Petros é administrar bem os planos que estão dentro da casa. Se o PP-3 for viabilizado e efetivamente oferecido aos participantes, a migração será voluntária. E para a massa que migrar e viabilizar o PP-3, a Petros vai atuar com diligência, provendo serviços de excelência para os participantes", diz.

Cada participante da fundação deve procurar fazer os cálculos para concluir individualmente se vale a pena ou não fazer a mudança, orienta Lima.

"O PP-3 pode ser interessante para muita gente e não vai ser interessante para um outro tanto de pessoas. É aí que está o ponto de ser uma migração voluntária. O grande papel aqui é educar os participantes", pondera. Caberia à Petros fazer uma campanha educacional para mostrar como a situação de cada participante é afetada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Oferta da Petrobras

A Petrobras emitiu R\$ 3,6 bilhões em debêntures, por meio de oferta pública dividida em três séries. A previsão inicial era levantar R\$ 3 bilhões, mas a petroleira colocou um lote adicional de R\$ 600 milhões. A demanda pelos papéis foi de quatro vezes o valor da emissão, segundo apurou o **Valor**, o que fez com que as taxas ficassem abaixo das inicialmente propostas e até inferiores à remuneração dos títulos do Tesouro atrelados à inflação (NTN-B). A primeira série de debêntures de infraestrutura, para sete anos, somou R\$ 898,397 milhões, e saiu a 4,0460% mais a variação do IPCA, 0,20% ao ano abaixo do retorno da NTN-B de igual prazo. Já a segunda série, de dez anos, somou R\$ 1,694 bilhão e pagaram 4,2186% mais a variação do IPCA, o que equivale a uma

remuneração 0,10% ao ano abaixo da NTN-B de 2028. A terceira série, de R\$ 1,008 bilhão, para janeiro de 2026, saiu a 106,25% do CDI, abaixo do inicialmente proposto de 110,50% do CDI. **(Silvia Rosa)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade

Título: Taxação do aço brasileiro pode parar na OMC

Governo e empresas brasileiras avaliam se vão levar a barreira imposta pela UE ao tribunal internacional

Apesar do amplo esforço do governo brasileiro para evitar ser alvo de sobretaxas no aço, a União Europeia ignorou os argumentos dos negociadores nacionais e passou a aplicar uma nova barreira contra as siderúrgicas brasileiras. As medidas entraram em vigor no sábado e, nos bastidores, empresas e membros do governo avaliam agora uma disputa nos tribunais internacionais para tentar derrubar a barreira. No dia 4 de janeiro, a Comissão Europeia já tinha notificado a Organização Mundial do Comércio (OMC) de que investigações iniciadas ainda em março de 2018 revelaram que produtos importados no setor do aço estavam afetando de forma negativa o bloco europeu. A investigação foi aberta depois que o governo de Donald Trump decidiu erguer barreiras ao aço mundial, criando distorções e inundando a Europa com a produção que teria o mercado americano como destino. Entre 2013 e 2018, os europeus alegam que os produtos importados passaram de uma fatia de 12% do mercado local para 18%.

Em volume, a importação praticamente dobrou. As investigações apontaram que a importação de aço para a Europa “aumentou de forma significativa” e que a tendência é de que esse volume cresça ainda mais. No total, 26 produtos do setor siderúrgico passaram a ser sobretaxados. A China, por exemplo, passou a sofrer restrições em 16 produtos diferentes, contra 17 da Turquia e 15 da Índia. No Brasil, o impacto é menor: sete dos 26 produtos. O Estado apurou que o governo brasileiro acelerou os contatos com a UE para tentar reduzir o número de produtos. Em Davos, há duas semanas, o tema esteve na pauta do primeiro encontro do chanceler Ernesto Araújo e da comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmstrom. Agora, o governo avalia com o setor privado se existe algum interesse em lançar uma disputa nos tribunais da OMC. Além de caro, o processo promete se estender por vários anos, diante da semiparalisia que vive o sistema de solução de disputas da entidade em Genebra.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/02/2019****Seção: Economia****Autor: Antonio Penteado Mendonça****Título: Brumadinho, horror e responsabilidades**

Mesmo que o sinistro tenha cobertura, a responsabilidade pelo dano é intransferível e permanece integralmente com o responsável por ele

A ruptura da barragem de Brumadinho tem começo, meio e fim. Apenas afirmar agora que aconteceu por isso ou por aquilo é prematuro, até porque o mais importante, já que não há mais probabilidade de se encontrar pessoas vivas, é resgatar os corpos das vítimas e permitir que as famílias possam ao menos sepultar seus entes queridos. As imagens da destruição física, das pessoas sendo retiradas da lama, dos corpos sendo transportados, dos bombeiros e demais envolvidos nas operações de resgate trabalhando incessantemente, às vezes colocando suas esperanças na capacidade dos cães encontrem um corpo, são mais do que dramáticas. Elas espelham o horror que os grandes cataclismos causam nos seres humanos, impotentes diante da força de eventos fora de controle e muito maiores do que nós.

Brumadinho acontece poucos anos depois da ruptura da barragem de Mariana e, ainda que respeitadas as diferenças e tipicidades dos dois acidentes, tem na sua origem uma mesma empresa – a Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, fundamental para o Brasil, grande empregadora, uma das maiores pagadoras de impostos do país, indispensável para a viabilidade e funcionamento de vários municípios, tida como exemplo de profissionalismo e competência, mesmo em comparações com as grandes empresas internacionais. As consequências da ruptura da barragem – que não pode ser vista a priori como uma ação deliberada ou pretendida pela empresa e seus executivos – vão além do horror, da compaixão e da solidariedade gerados pelas imagens. Entram no campo do direito, da economia, da proteção ao meio ambiente, da moral e da ética social. Entram no campo da reparação dos danos e da apuração das responsabilidades.

Entram, conseqüentemente, nos seguros contratados e na responsabilidade das seguradoras. A responsabilidade das seguradoras não é, em hipótese alguma, a responsabilidade do segurado. Mesmo que o sinistro tenha cobertura na apólice e a seguradora indenize, a responsabilidade pelo dano é intransferível e permanece integralmente com o responsável por ele. No acidente de Brumadinho existem diferentes tipos de danos e, conseqüentemente, diferentes responsabilidades, com certeza no campo civil e, eventualmente, no campo penal. A primeira destas responsabilidades compreende os danos

corporais, ou seja, os danos causados ao corpo humano, inclusive a morte. Com certeza, a apólice de seguro de vida em grupo da Vale em favor de seus funcionários deve ter sido acionada e, em função de suas características, as indenizações por morte natural e morte acidental deverão ser pagas rapidamente.

Além da apólice da Vale, é possível que existam outras apólices de seguros de vida, que também deverão ter rápido trâmite até o pagamento das indenizações. Os danos materiais sofridos por terceiros devem ser rapidamente enfrentados já que não faz sentido que quem já foi violentamente abalado pela tragédia continue sendo penalizado pela impossibilidade da reposição física de parte de seu patrimônio. A parte afetiva e a história das pessoas não são resgatáveis com o pagamento de uma indenização de seguro. Mas, mesmo assim, devem ser incluídas e precificadas, tanto nos casos de morte e invalidez, como nas perdas materiais, na categoria dos danos morais. Na sequência, dada a relevância social, os danos ao meio ambiente devem ser considerados e precificados, já que, no caso, o derrame de 12 milhões de metros cúbicos de dejetos terá impacto significativo no futuro das áreas atingidas e no valor total das indenizações.

É necessário elencar, no universo dos seguros, os danos à própria barragem que foi destruída em função de sua ruptura. Finalmente, é indispensável equacionar a responsabilidade civil dos administradores da empresa no que tange aos danos causados à própria empresa, aos acionistas e a terceiros em geral por ação ou omissão em função de atos de gestão. Todos estes danos, em princípio, estão cobertos por apólices de seguros contratadas pela Vale. Se as coberturas e os valores são adequados é outra questão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Neira

Título: Investidor deve ter cautela com ‘ondas’ do mercado financeiro

Decisão de embarcar no ‘efeito manada’ pode ser especialmente prejudicial ao pequeno investidor no longo prazo

Eventos como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) no dia 25 de janeiro podem causar o chamado “efeito manada” no mercado financeiro, que se caracteriza quando investidores correm para comprar ou vender papéis de uma determinada empresa. Analistas ouvidos pelo Estado dizem que esse tipo de movimento pode levar a decisões impulsivas – e o investidor de pequeno porte, que tem recursos limitados, tem o desafio de tentar se

controlar antes de embarcar numa “onda” momentânea e acabar perdendo no médio e longo prazos. “Quem tem recursos limitados sai mais machucado deste tipo de situação, normalmente buscando algum investimento mais seguro, em especial se não está habituado com os riscos da renda fixa”, explica o operador do mercado e sócio do Grupo Laatus, Jefferson Laatus. Segundo ele, é comum que o investidor que juntou recursos com dificuldade para investir na Bolsa acabe recorrendo a opções mais tradicionais – como os fundos de renda fixa – em tempos de incertezas como a que se viu a partir da tragédia da Vale.

“A pessoa que não está acostumada vai reavaliar os riscos da renda variável, pelo menos até compreender direito o que aconteceu.” ‘Manada’. Com perda de R\$ 71 bilhões em valor de mercado em um só dia (após recuo de 24,5% nas ações), o mais recente evento negativo da mineradora deixou investidores em alerta. Especialistas dizem que o necessário no momento é ter calma e capacidade de análise. No entanto, a partir do momento em que investidores profissionais (sobretudo estrangeiros e grandes fundos) começam a se desfazer dos papéis que possuem e derrubam os índices, a contaminação no mercado acontece em efeito cascata – efeito visto em qualquer lugar do mundo. Com o mercado brasileiro fechado no dia do desastre da Vale, por conta do feriado de aniversário de São Paulo, o mercado viu as ADRs – recibos de ações emitidos por empresas não sediadas nos Estados Unidos que podem ser negociados no mercado norte-americano – da mineradora movimentarem US\$ 2,14 bilhões na bolsa de Nova York.

Ao longo da semana, no entanto, as ações da mineradora ensaiaram um movimento de ajuste após a expressiva queda. Na última sexta-feira, os papéis ordinários avançavam 1,65%, com investidores em busca de oportunidades de ganho com a aposta de uma recuperação mais consistente no futuro. Tecnologia. O “efeito manada” é perceptível também outros episódios. Logo no início deste ano, uma queda de 9% nas ações da Apple impactou os papéis de outras empresas de tecnologia fora do País. Todas as gigantes da área registraram queda no valor das ações no dia 3 de janeiro: Microsoft (2,6%), Facebook (1,25%) e Alphabet, controladora do Google (1,57%) e Amazon (0,75%). Intel, Nvidia e Twitter também recuaram, respectivamente, 3,78%, 3,69% e 0,94%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: ‘Notícia que não quero dar: fim das buscas’

Pedro Aihara, porta-voz dos bombeiros na operação em Brumadinho

O jovem militar mineiro que se tornou a face do resgate revela qual deve ser a hora mais difícil de toda a operação

Com uma voz tranquila, fala articulada, aspecto sereno, o tenente Pedro Aihara, de 25 anos, se tornou a face da atuação do Corpo de Bombeiros de Minas no resgate das vítimas da tragédia da Vale, em Brumadinho. Desde as primeiras horas, é esse bombeiro, de ascendência japonesa, quem aparece em frente às câmeras, explicando como estão os trabalhos em campo, desmentindo boatos, acalmando a população. E contando: um número cada vez maior de mortos e a ocorrência ainda de mais de duas centenas de desaparecidos. Não é com a imprensa, porém, com quem o porta-voz da corporação se preocupa na hora dos boletins. “Eu venho com a perspectiva do familiar que perdeu uma pessoa e está nos assistindo em um momento delicado, de muita dor. Minha preocupação é com a pessoa que foi afetada de alguma maneira, que ela se sinta minimamente acolhida. Que ela possa perceber que está sendo feito um trabalho de responsabilidade”, disse no intervalo de um lanche, na manhã de sexta. E esse trabalho vai muito além dos informes.

Ele também está na linha de frente do contato com os parentes das vítimas, que o procuram desesperados. “Como as pessoas veem meu rosto e acabam associando com os bombeiros é natural que me procurem, porque enxergam em mim o representante da instituição. O tempo todo perguntam: ‘Já sabem onde está o meu parente? Eu não sei de nada, conseguem me ajudar?’”, conta. “Abraçar a todas essas famílias e sentir essa dor que eles estão sentindo é o maior desafio para mim.” O gesto é literal. No terceiro ou quarto dia de buscas, um pouco já confusos na memória de tantos dias incessantes de trabalho, a mulher de um homem desaparecido o abordou. Sem ter as respostas que ela buscava, Pedro simplesmente a abraçou, e ela despencou no choro. “Tem hora que a gente tem de respirar fundo para retomar a tranquilidade”, conta, emocionado. Mineiro de Belo Horizonte, Pedro está desde pequeno no mundo militar e tem um currículo que impressiona.

Fez colégio militar, entrou na Aeronáutica aos 15, e nos bombeiros aos 19, onde se formou em ciências militares com ênfase em gestão e prevenção de catástrofes. Depois fez Direito na Federal de Minas e duas especializações: uma na USP, em gestão de projetos, e outra na Universidade de Yamaguchi, no Japão, em gestão de desastres. Agora faz mestrado em direitos humanos e acesso à justiça na UFMG. Na conversa com o Estado, mantém o tom calmo e profissional que ficaram característicos ao longo da semana e só descontraí quando fala da família. Pedro conta que a mãe tem certa “culpa” pela sua tão elogiada eloquência. “Tinha sido professora e sempre foi muito preocupada com a questão de leitura. Eu comecei a ler bem cedo mesmo e terminava os livros muito rápido. Ai ela achava que eu estava tapeando, que eu não estava lendo nada, e me botava pra ler em voz alta para ter certeza”, conta, rindo.

“Às vezes, eu passava a tarde inteira lendo pra ela em voz alta. Li Harry Potter assim”, divertese. “Acho que isso ajudou nessas habilidades comunicativas, que eu nem acho que seja isso tudo aí que o pessoal está falando.” Ele credita seu modo sereno de lidar com a tragédia a uma formação humanista iniciada em casa. A mãe, mineira, é artesã. O pai, japonês, numa dessas coincidências que se tornam mais comuns em Minas, trabalha com logística de mineração. “Sempre aprendi a me colocar no lugar do outro.” Nesse contexto, a escolha por bombeiro foi quase natural. “Queria ter contato direto com pessoas e ajudar de alguma forma. E acho que a profissão de bombeiro é mais mágica ainda porque tem a noção exata dessa diferença. Quando se salva uma vida, uma pessoa que estava desaparecida... A gente vê a gratidão da pessoa. Não tem dinheiro no mundo, não tem sensação melhor do que essa.”

Frustração. Em Brumadinho – assim como ele já tinha sentido em Mariana, onde também atuou, há três anos, e no massacre na creche de Janaúba –, porém, é preciso lidar com o oposto disso e lutar contra o sentimento de frustração. “Nosso objetivo é sempre entregar as pessoas salvas, com vida. Se não é possível, a gente tenta entregar um corpo para a família velar, porque sabemos que isso vai diminuir o sofrimento”, afirma. Mas Pedro já sabe que nem isso será possível. Chega um momento, diz, que se torna impossível encontrar algo. “Daqui a algum tempo de operação – e isso vai demandar alguns meses –, com o estado avançado de decomposição dos corpos, eles se misturam à lama. A quantidade de rejeito envolvida, o tamanho da área afetada pela tragédia, o fato de os corpos estarem muito espalhados, tornam algumas recuperações realmente impossíveis pela questão biológica mesmo”, explica.

Ele já se prepara psicologicamente para o momento futuro em que tiver de anunciar que as buscas acabaram. Pedro não quis estimar quanto tempo pode levar o trabalho, mas lembra que em Mariana, até acharem os 19 corpos, foram três meses de trabalho. “Esperamos que antes disso a gente tenha conseguido encontrar o maior número de corpos possível. Essa notícia de encerrar as buscas sem ter encontrado todo mundo, acho que vai ser o momento mais difícil dessa operação. É a notícia que eu não quero dar. Não quero ser o porta-voz dessa tragédia.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Aos poucos, a lama vai matando o Rio Paraopeba

‘Estado’ acompanha expedição e ainda encontra vida às margens, mas turbidez da água e cheiro de peixe podre prenunciam desastre

Em um dos locais mais simbólicos da tragédia de Brumadinho – onde o pontilhão da ferrovia sobre o Córrego do Feijão foi rompido ao meio pela força da onda de lama de rejeitos da Vale e o que restou é uma terra arrasada que mais lembra um cenário de guerra –, os passarinhos ainda cantam. Ali já não existem mais peixes. Nas bordas tampouco se sentem os insetos. Mas quatro, cinco, meia dúzia de espécies de aves – encarapitadas na mata que testemunhou o desastre – ainda cantarolam como se a natureza não tivesse sido alterada. O cenário foi observado pela reportagem neste e em outros pontos ao longo do curso do Rio Paraopeba de quinta-feira a domingo. Pode ser apenas uma questão de tempo, porém, para que tudo ali silencie. Foi assim há cerca de três anos na Bacia do Rio Doce, atingida pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana. A morte do rio é a consequência imediata do desastre ambiental. Algum tempo depois, outros bichos vão desaparecendo ou migrando para outras regiões.

“Um ano depois do desastre, não se ouvia mais nada. A gente via aves com o papo vazio, morrendo de fome. Aqui pode ser que ocorra algo semelhante. Espero estar errada”, comenta a bióloga Marta Marcondes, pesquisadora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, enquanto monitora com sondas e outros instrumentos indicadores como o nível de oxigenação, em um ponto a cerca de 80 km de Brumadinho. Marta acompanha uma expedição da Fundação SOS Mata Atlântica, que começou na quinta-feira a monitorar a qualidade da água em diversos trechos do rio, seguindo seu rumo em direção ao encontro do São Francisco, por 356 quilômetros. O trabalho partiu do chamado “marco zero”, um ponto imediatamente anterior ao local onde a onda de rejeitos que desceu na barragem rompida encontrou o Paraopeba. Ali a água não estava tomada pela lama, mas já começava a ficar comprometida, com nível ruim. Uma medida anterior ao acidente dava o local como regular. Quase todos os demais pontos analisados, porém, já apareciam como péssimos, com exceção de apenas dois locais.

O Estado acompanhou a expedição até a altura de Juatuba e se deparou o tempo todo com uma imagem marrom-avermelhada, densa, que em nada se parece com um rio que possa suportar alguma vida. Nas palavras de Malu Ribeiro, coordenadora do projeto, a água virou uma espécie de chocolate derretido ou ferro líquido. Em um dos poucos pontos em que a qualidade foi identificada como ruim, em Juatuba, a equipe chegou a se empolgar com a presença de alevinos e alguns insetos. Parecia que a vida não tinha sido tão afetada. Mas foi uma falsa impressão. Nas margens do rio, nascentes limpas protegidas por uma fina faixa de mata ciliar serviam de proteção aos bichos. Mais no meio do corpo d’água, os indicadores não deixavam dúvida. “A turbidez está em 5.510, quando o máximo aceitável é 100. Não tem como chegar luz, não tem como ter vida”, afirmou Malu diante dos resultados. Peixe podre. Em um outro ponto, no município de São Joaquim de Bicas, onde vive um grupo

indígena “desgarrado” dos Pataxós da Bahia, o cheiro de peixe podre prenuncia metros antes o cenário de devastação.

“A meu ver, isso aqui não é lama, rejeito, nada, é sangue”, disse, chorando, a agricultora familiar Antonia Aguilar Santos, de 61 anos, em alusão às 121 vítimas do desastre. “Este rio significava muito. É onde a gente toma banho no calor. No almoço de domingo, quando os amigos vêm visitar, descia com as comidas para a beira do rio e ficávamos lá. Fora a pesca...” Tahhão, de 55 anos, que faz as vezes de guarda indígena, conta que o rio é fonte de peixes para a tribo. A prainha do local acabou se tornando um local de celebrações e já é considerada sagrada para eles, apesar de ocuparem a região há apenas dois anos. “É que sem água não existe vida, então virou sagrado para a gente”, conta, quando nos aproximamos do local. Pelos seus cálculos, uns 300 quilos de peixes mortos já foram retirados da região desde que o rio foi contaminado pela lama.

Preocupação. Em seus mais de 500 quilômetros, o Rio Paraopeba esconde mais de 120 espécies de peixes, agora ameaçadas pela lama. Como afluente do São Francisco, recebe muitos animais na piracema, período de reprodução dos peixes.

“Algumas espécies podem se deslocar até 200 quilômetros”, explica o biólogo e consultor na área ambiental Carlos Bernardo Mascarenhas Alves. A mancha de lama ainda seguia meio devagar pelo Paraopeba e os pesquisadores ainda não se arriscavam a dizer se vai mesmo chegar ao São Francisco, o maior temor do grupo. Mas nesta semana estão previstas pancadas de chuva todos os dias em Brumadinho e isso tende a acelerar o processo de dispersão. Consumo. Por causa do rompimento da barragem em Brumadinho, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) já alertou que a água não deve ser usada para consumo, o que impede a pesca também. Em alguns trechos atingidos pela lama, os órgãos ambientais já verificaram quantidades de metais como manganês, ferro e mercúrio acima das aceitáveis. / COLABOROU FABIANA CAMBRICOLI

Corpos são achados em vegetações

Anteontem, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizava um levantamento técnico da fauna no Rio Paraopeba, quando a equipe se deparou com duas vítimas. Os corpos estavam em uma área central de Brumadinho, presos em vegetações nas margens. A área fica a cerca de sete quilômetros de distância do local onde rompeu a barragem da mineradora Vale. A Polícia Militar Ambiental de Betim registrou um boletim de ocorrência sobre os corpos, que seguiram para identificação. Até a noite de ontem, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais havia confirmado 121 mortos – 114 identificados – e 205 desaparecidos na tragédia. As buscas agora estão concentradas perto do Córrego do Feijão e, além de tropas mineiras, têm

apoio da Força Nacional e de bombeiros militares paulistas. / ANDRÉ BORGES, ENVIADO ESPECIAL, e G.G.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: Intercâmbio

Procuradores da força-tarefa da operação Lava Jato de Curitiba estão trocando informações com os promotores envolvidos com as investigações do rompimento da barragem em Brumadinho, em Minas Gerais.

Intercâmbio 2

Entre os assuntos tratados informalmente entre eles estão as metodologias de investigação usadas no Paraná. A melhor maneira de localizar dados importantes dos computadores apreendidos, por exemplo, é um dos ensinamentos passados para o Ministério Público de Minas Gerais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Nelson de Sá

Título: Vídeo da Vale corre mundo como "dramático, horrível, chocante"

Toda Mídia

Os canais de notícias e telejornais de Band e Globo falaram em "tsunami", ao descrever as imagens obtidas pelo produtor Henrique Pereira e divulgadas primeiro pela Band-News, na sexta (1°).

Reproduzidos no exterior, os vídeos deram para a nova tragédia brasileira uma exposição que não vinha tendo.

O New York Times descreveu como "rio mortal" e "avalanche de lama". O South China Morning Post, como uma "aterrorizante onda de lixo".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 04/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Tássia Kastner****Título: Caso Vale ilustra o risco de investidor comprar ação de apenas uma empresa**

Diversificação com papéis de pelo menos cinco companhias atenua impactos em caso de crises

Um investidor que tivesse R\$ 10.000 em ações da Vale na quinta-feira (24) anterior ao rompimento da barragem da companhia em Brumadinho (MG) teria terminado a segunda-feira (28), o primeiro pregão após o episódio, com R\$ 7.550.

Teria perdido, portanto, 24,5% do valor investido em apenas um dia, a queda da companhia naquele pregão.

Já um investidor que dividisse suas aplicações seguindo o Ibovespa, principal índice acionário do país e no qual a Vale tem participação de cerca de 10%, teria visto os mesmos R\$ 10.000 virarem R\$ 9.771, ou 2,29% menos.

Essa comparação ilustra um conselho repetido com frequência por planejadores financeiros: diversificar investimentos é mais seguro do que aplicar em uma única ação.

A Vale é apenas o exemplo mais recente de como um fato isolado pode gerar dor de cabeça para quem aposta tudo em um papel — além de mostrar que a compra e a venda de ações não devem ocorrer por impulso.

“A teoria dos portfólios está aí desde o final da década de 1950, e ela mostra com cálculos que é mais vantajoso diversificar: quando uma ação cai, existem as que sobem” diz George Sales, professor de Finanças do Ibmecc SP.

Na semana passada, não havia entre os analistas quem cravasse que a Vale enfrentaria problemas realmente graves em consequência do estouro da barragem de Brumadinho (MG).

Para quem tinha a ação da companhia e não vendeu naquele dia de violenta queda, a projeção dos especialistas é que há boas chances de recuperação das perdas. Após o tombo, corretoras reforçaram a recomendação de compra do papel, apesar de revisarem para baixo o potencial de ganho — um reflexo dos custos jurídicos, ainda não claros, da tragédia.

Os investidores devem ficar atentos a outros casos de oscilações que destoam da dinâmica do mercado acionário e podem alimentar a ambição do dinheiro fácil.

Desde setembro, por exemplo, os papéis da empresa de armas Taurus registram atípica valorização, em parte por causa da expectativa de que o governo Bolsonaro vai ampliar o mercado de armas.

A ação subiu de R\$ 2,00 para R\$ 15. Atualmente, está em R\$ 4, indicando, na avaliação de analistas, que a disparada não refletia resultados e perspectivas efetivamente melhores para os negócios.

“O que impulsionou a forte valorização da empresa foi uma simples especulação.

Só que o investidor tem que olhar para empresa em si, se ela é saudável, se gera lucro” diz Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos.

A alta não sustentada embute ainda a decisão dos controladores da companhia de vender uma participação na Bolsa. Indica, na visão de especialistas, que nem os donos da empresa acreditam nela.

“A ação sobe 10% num dia, e o investidor pessoa física vê a alta com os olhos de quem vai ganhar dinheiro fácil. Mas, quando o movimento é o contrário, machuca” diz Panonko.

Analistas consideram que, ao escolher cinco ações, o investidor já conseguiria uma diversificação capaz de reduzir danos de eventos isolados de uma empresa na carteira de investimentos.

Com R\$ 10.000 é possível fazer essa distribuição entre papéis de empresas. Aplicações em renda variável devem representar apenas uma pequena parcela dos recursos investidos — de 5% para investidores de perfil moderado a 20% entre aqueles mais arrojados.

Um investidor moderado que deseja ter R\$ 10.000 na Bolsa deveria ter acumulado R\$ 200 mil em patrimônio.

A estratégia de aplicação desses recursos varia conforme o planejador financeiro e o interesse do investidor em acompanhar as empresas.

Para quem deseja acompanhar o mercado com frequência e decidir em quais papéis investir, a sugestão é seguir carteiras mensais recomendadas por corretoras.

Todo começo de mês, os analistas selecionam ações que consideram ter potencial de ganhos. Para Sales, do Ibmecc, o ideal é ler vários relatórios, selecionar companhias que mais se destacam e formar a própria carteira.

Ao fim de um mês, é preciso rever os investimentos seguindo a mesma técnica. Se a maioria das corretoras retirou um determinado papel da carteira, provavelmente as perspectivas podem ter se modificado, mesmo após uma alta expressiva, e é importante vendê-lo para evitar perdas.

“Bolsa não é longo prazo. O dinheiro é investido por um tempo mais longo, mas o acompanhamento é feito no curto prazo”, diz Panonko.

Essa visão não é, porém, unânime entre os especialistas. Para Cesar Caselani, professor de finanças da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o pequeno investidor deveria assumir um compromisso de mais longo prazo com o investimento após um esforço de estudo sobre as companhias.

Ele lembra que corretoras ganham dinheiro a cada compra e venda de papel, o que ajuda a explicar por que existem recomendações de negociações frequentes de papel.

Ele sugere que se tenha uma visão do valor daquele negócio. “Identificar boas empresas e ficar com elas. Quanto mais se gira a carteira, maior o custo de corretagem para o investidor”, diz Caselani.

Para isso, é preciso avaliar o mercado em que a companhia está inserido, e as condições de negócio. Além disso, é preciso conhecer as regras de governança e se é uma empresa idônea.

“Não pode ser uma escolha leviana. Se for leviano num mercado com esse nível de risco, vai perder dinheiro”, complementa Caselani.

Nas duas situações, de trocas mensais ou longo prazo, é preciso saber a hora de vender a ação. O caso brasileiro mais emblemático de prejuízos causados a investidores é o da OGX, de Eike Batista.

A petroleira abriu capital quando estava em fase pré-operacional — ou seja, ainda não produzia. Em 2010, as ações chegaram a valer mais de R\$ 2.000. Sem encontrar o produto nos poços perfurados, os papéis viraram pó.

“Nunca vamos conhecer alguém que ganhou sempre. Se o barco está afundando e não tem perspectiva de melhora, é preciso vender. Na hora em que se para de analisar e começa a torcer, aí há um problema”, complementa o professor da FGV.

Existe no radar do pequeno investidor um outro caso traumático, o da Petrobras.

Com a euforia da descoberta do pré-sal, a estatal atraiu muita gente. Mas depois, as ações passaram a cair, processo que se acelerou com a operação Lava Jato. O cenário de perdas só mudou após a troca de governo, em 2016.

Oito anos depois, o preço do papel voltou ao patamar de 2010, mas longe da máxima histórica nominal.

“O investidor pessoa física demora a tomar a decisão de encerrar a posição e realizar prejuízo. Ele acha que vai voltar a subir”, afirma Panonko.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Cláudia Collucci

Título: Milhares ligados às vítimas de MG devem precisar de atenção psíquica

Famílias que não encontraram entes queridos em Brumadinho têm mais risco de transtornos mentais

Depressão, ansiedade, consumo excessivo de álcool e ideias suicidas estão entre os sintomas esperados em familiares, amigos e colegas de trabalho das vítimas da tragédia de Brumadinho.

No desastre de Mariana, região central de Minas Gerais, em que 19 pessoas morreram e ecossistemas foram contaminados com rompimento da barragem do Fundão, 12% dos afetados ainda sofrem de estresse pós-traumático, segundo estudo da UFMG. Entre crianças e adolescentes, o índice chegou a 83%.

Quase 40% dos jovens têm sinais de depressão e 26% apresentaram comportamento suicida. Entre os adultos, o risco de suicídio foi identificado em 16,4% das pessoas.

Segundo o psiquiatra Frederico Garcia, um dos coordenadores do estudo, o grupo esperava encontrar em Mariana, três anos depois da tragédia, uma prevalência de doença mental um pouco acima da média da população geral.

“Mas o que encontramos foram valores de 3 a 12 vezes mais altos. Apesar de o trauma ter passado, ainda restava algum fator estressante, como a falta de resolução do problema inicial, visto que a Samarco até hoje não solucionou o problema de assentamento e indenização.”

Segundo o psiquiatra Rodrigo Martins Leite, diretor dos ambulatórios do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, considerando que agora em Brumadinho são mais de cem mortos confirmados e mais de 200 desaparecidos, com remotas chances de serem encontrados com vida, o esperado é que, no mínimo, 2.000 pessoas devam precisar de atenção psíquica continuada.

“Não é só agora no calor dos holofotes da mídia. É necessário um acompanhamento durante meses e até anos. Os efeitos deletérios para a saúde mental podem persistir para a vida toda”, diz o o psiquiatra Rodrigo Martins Leite, diretor dos ambulatórios do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Segundo ele, o país precisa de uma política pública focada em saúde mental para situações de urgência e emergência. “Até pelo desastre de Mariana, o poder público deveria ter entendido aquela região como área de risco e com isso ter promovido uma capacitação dos profissionais de saúde. É mais barato e mais efetivo do que agora ‘importar’ profissionais de fora, que não têm afinidade com a região, vínculo com as pessoas e que daqui a pouco vão embora.”

Para Frederico Garcia, famílias que estão sendo impedidas de materializar a morte de seus entes queridos em Brumadinho, pela impossibilidade de encontrar os corpos, poderão desenvolver lutos patológicos e com isso, ficarem mais predispostos a transtornos mentais.

Na opinião da psicóloga Maria Helena Franco, professora da PUC-SP, fazer o funeral é uma etapa fundamental para começar a elaborar o luto.

“Na falta dos corpos, fica um luto não concretizado, que não se materializa na vida das pessoas. Abre lugar para uma expectativa, uma esperança de que a pessoa poderá ser encontrada viva”, diz ela.

Uma forma de ajudar as famílias enlutadas seria a realização de cerimônias em que os nomes das vítimas sejam ditos. “Os familiares precisam ser chamados a participar para que tenham muito clara a realidade do que está acontecendo.”

Garcia defende que, em casos de catástrofes desse tipo, o estado fomenta a realização de estudos de avaliação da saúde mental das pessoas atingidas, de forma que se tenha uma linha de base para planejar as estratégias de prevenção e abordagem de transtornos mentais e dependências químicas.

Estudos com esse perfil serviriam para quantificar e agrupar, segundo o risco, as pessoas mais propensas ao desenvolvimento de transtornos mentais às

estratégias mais eficazes para tratamento, e aquelas com menos risco, a um acompanhamento preventivo.

“Até o momento, pelo que sabemos, a Vale não tomou nenhuma medida que avalie o sofrimento mental dessas pessoas e iniciou abordagens que a nosso ver são pouco eficazes na prevenção de sofrimento mental futuro”, diz Garcia.

A empresa afirma que mobilizou 400 pessoas para prestar assistência aos atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho, incluindo médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e voluntários. Segundo nota da Vale, o apoio é oferecido na Estação do Conhecimento e outros pontos de atendimento, incluindo o IML.

Outro aprendizado da tragédia de Mariana, segundo o psiquiatra, tem a ver com a leniência e o tempo entre o evento traumático e a abordagem indenizatória, compensatória e jurídica.

“É um fator importante da manutenção do sofrimento mental das pessoas atingidas. Esperamos que as autoridades responsáveis e a Vale não procrastinem os processos e ritos jurídicos. Isso será um fator importante para a resolução do estresse e do sofrimento das pessoas atingidas.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rubens Valente

Título: Não existe mais vida no rio, afirma secretário de Brumadinho

“Não existe mais vida aquática no rio Paraopeba”, disse neste domingo (3) o secretário de governo da prefeitura de Brumadinho, Ricardo Parreiras. O rio foi atingido pelos sedimentos gerados pelo rompimento da barragem da Vale localizada no Córrego do Feijão, bairro rural de Brumadinho.

Segundo o secretário, órgãos de fiscalização ambiental informaram à prefeitura que a água nas proximidades de Brumadinho está totalmente contaminada e que o nível de oxigenação para peixes e outros animais é zero.

Além da lama, o rio carrega metais pesados em níveis muito acima dos recomendados, segundo o secretário.

Na quinta-feira (31), o governo mineiro informou em nota que análises realizadas não indicam a utilização da água bruta do rio Paraopeba para qualquer finalidade até que a situação seja normalizada. O governo disse que determinou à Vale que forneça água potável para as comunidades afetadas.

A fala do secretário ecoa as análises feitas na semana pela ONG SOS Mata Atlântica, que percorreu parte do rio Paraopeba e concluiu que, do ponto do desastre até pelo menos 40 km, o rio está morto.

Na sexta-feira (1), a especialista em água da ONG, Malu Ribeiro, informou que a água tinha uma turbidez quase cem vezes o indicado pela legislação para água de rios e mananciais e o que o rio “mais parecia um tijolo líquido”.

Os problemas só não são maiores na zona rural porque, segundo Parreiras, a maioria dos moradores usa poços artesianos. Além disso, o rio Paraopeba normalmente tem um aspecto amarelado e, segundo o secretário, quase não é frequentado por moradores para banhos ou pescarias.

O abastecimento de Brumadinho realizado pela Copasa, empresa do governo estadual, também não foi afetado, segundo o secretário.

O desastre levou a concessionária Águas de Pará de Minas, do município homônimo localizado a cerca de 76 km da barragem que rompeu, a suspender, no meio da semana, a captação da água do rio Paraopeba para o abastecimento de cerca de 100 mil moradores da região.

A empresa informou que exames realizados a cada 15 minutos ainda não indicaram qualquer alteração na qualidade da água, mas, como precaução, resolveu suspender a captação da água do rio.

O abastecimento em Pará de Minas não está sendo prejudicado, segundo a empresa, porque ela recorreu a dois mananciais e a 16 poços artesianos como alternativas.

A corrida da Vale agora é para evitar que a sujeira chegue às casas de mineiros na região de Pará de Minas.

A Folha esteve neste domingo (3) na central de captação de água da Águas, localizada a cerca de 100 km do local do rompimento da barragem, onde a Vale instalou duas das três “barreiras de turbidez”. O sistema de membranas deverá reter partículas sólidas que estão descendo no rio.

A Vale não divulgou neste domingo se e quando a sujeira atingirá Pará de Minas. Segundo o governo mineiro, até o início da semana “a pluma de sedimentos já havia se deslocado 57km do local do rompimento, na altura do município de Juatuba, com velocidade média que vem se reduzindo. No domingo, 27 de janeiro, era de 1,6 km/h, enquanto medição feita segunda-feira mostra que a movimentação alcançou 0,83 km/h”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 04/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:** Ana Carolina Amaral**Título:** Vale recusou monitoramento em tempo real de barragem

Empresa diz que já tem sistema estruturado e que investe em novos processos

Pelo menos duas empresas de tecnologia ofereceram à Vale sistemas mais modernos de monitoramento de barragens, que a mineradora recusou.

Uma delas, uma startup carioca apresentou em pelo menos três reuniões com diferentes diretorias da mineradora, entre 2016 e 2018, uma tecnologia de detecção em tempo real de pequenos sinais de ruptura em barragens.

Devido aos acordos de confidencialidade das negociações, as identidades das empresas de tecnologia foram preservadas na reportagem.

A proposta da startup do Rio complementaria as inspeções quinzenais em campo, principal método usado hoje pela mineradora.

A tecnologia combina satélites, drones e sensores para monitorar barragens por imagem, com emissão de alertas em tempo real.

Segundo um documento do Instituto de Tecnologia da Califórnia sobre barragens, “a configuração de alta resolução do radar pode ser usada para detectar mudanças de pequena escala antes de elas serem visíveis a olho nu”.

Ainda segundo o documento, o sistema Nisar usa sensores de micro-ondas capazes de perceber alterações abaixo do nível da superfície. Com repetição de medições ao longo do ano, o sistema constrói um conjunto de linhas de observações que mostram mudanças atípicas nos arredores das estruturas de barragens, identificando rapidamente pequenas mudanças locais.

O diagnóstico constante permite o direcionamento imediato de recursos de manutenção e também a reavaliação após abalos ou ameaças.

A tecnologia também permite a predição de falhas e simulação de áreas afetadas, o que levaria à evacuação da área antes que as comunidades fossem afetadas. A proposta da startup incluiu emissão de alertas via SMS (mensagem de texto por celular) e email em tempo real.

A Folha teve acesso a emails trocados entre as empresas.

Em 15 de setembro de 2016, o representante da startup conseguiu uma reunião com pessoas ligadas às áreas de tecnologia da informação da Vale e da Samarco, na sede da fundação Renova, por intermédio do então conselheiro da fundação, Wilson Brumer.

Ele estaria preocupado com o monitoramento das barragens e teria sido um dos intermediários das negociações.

À Folha, Brumer se limitou a informar, por meio de sua secretária, que não pertence mais ao conselho da Renova.

Em 20 de dezembro de 2017, o empreendedor realizou outra reunião, dessa vez com a Diretoria de Ferrosos Norte da Vale, que também não prosseguiu com as negociações.

Já em 2018, a tecnologia voltou a ser oferecida na sede da Vale no Rio de Janeiro, no setor de suprimentos de plataforma de automação.

O empreendedor chegou a ajustar a proposta e enviá-la novamente após conversa com um gerente da área, mas não obteve mais retornos.

Ele também foi encaminhado para reunião com a diretoria-executiva e com a presidência da Vale, mas as reuniões foram adiadas duas vezes e, finalmente, canceladas.

Segundo avaliação da geóloga e mestre em sensoriamento remoto, Carolina Athayde, que não está envolvida com a startup, nem com a Vale, “a correlação do satélite com drones na proposta da startup é interessante porque o satélite só passa sobre a mesma região pelo menos a cada seis dias, então poderia não pegar mudanças abruptas”, avalia.

“Ainda não se sabe o que culminou nessa ruptura da barragem em Brumadinho. Caso tenha sido uma movimentação lenta na estrutura, o radar poderia ter detectado”, diz.

“A cobertura é fantástica, abrange até 100 km, então pega todo o ambiente da mineração. Com esse sistema, você monitora desde a barragem de rejeito até pilha, cava. Isso complementa o monitoramento no campo”, explica.

Athayde conta ter participado da primeira aplicação da técnica Nisar no Brasil, em 2015 junto ao Inpe, de uma mina da Vale em Carajás (PA).

Segundo ela, a barreira ainda é orçamentária, porque as imagens, quando compradas das agências espaciais, são caras. “Mas o mercado está começando a ver a potencialidade, uma vez que aumentamos a segurança”.

Por causa de uma parceria com a Nasa e em busca de reconhecimento no ramo da mineração, a startup carioca ofereceu seus serviços a preço de custo. Ela é uma das duas organizações brasileiras aceitas no programa New York Space Alliance, que permite a transferência de tecnologias da Nasa sem cobrança de patentes.

Segundo o empreendedor, a oferta de monitoramento em tempo real foi feita pelo valor de R\$ 100 mil por barragem, a serem pagos uma única vez.

Outra empresa de tecnologia, sediada em Belo Horizonte, também confirmou à reportagem ter oferecido tecnologias de monitoramento à Vale, que não teria demonstrado interesse. Um funcionário da área comercial da empresa disse à Folha ter feito uma reunião com a mineradora, mas a conversa não evoluiu.

Questionada sobre as ofertas, a Vale respondeu que a mineradora já possui um sistema estruturado de gestão de barragens e que investe continuamente na melhoria de seus processos, buscando sempre as melhores técnicas operacionais e tecnologias para assegurar a estabilidade de suas estruturas.

A empresa também diz que todas as barragens são monitoradas a cada quinze dias e que algumas estruturas contam com monitoramento por vídeo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Júlia Barbon e Fabrício Lobel

Título: Lama tira sono e tranquilidade de bairro em Brumadinho

Corpos foram encontrados e casas foram destruídas no Parque da Cachoeira

Vera não dorme em casa há uma semana e, se depender dela, nunca mais vai dormir. É só pregar o olho que vem logo aquele “monstrengo” de lama engolindo tudo de novo, chegando a poucos metros da pequena chácara que estava construindo há três anos com o marido.

Escolheu com cuidado aquele cantinho de Brumadinho (MG), justamente por causa da tranquilidade, da paz e do silêncio. Desde o dia em que teve que puxar seus vizinhos “de idade” pelo braço morro acima para fugir da onda de rejeitos, porém, isso tudo virou incerteza.

O medo de outra barragem da região romper ainda é tanto que Vera Lucia Ribeiro, 40, não esperou nem dois dias para alugar outra casa na cidade em que trabalha, Mário Campos (também na Grande Belo Horizonte), como atendente de caixa de um supermercado.

Agora não sabe o que vai ser da chácara, do dinheiro do aluguel nem do bairro, o até então pacato Parque da Cachoeira. O sentimento é comum para os mais de 500 moradores da área.

Os rejeitos de minério de ferro da Vale lambeiram toda a borda do bairro antes de chegarem ao rio Paraopeba, transformando cerca de 50 casas, plantações e florestas inteiras em um só mar de lama.

Dez dos 121 corpos achados até agora estavam ali, possivelmente vindos do setor de administração da mineradora. Um relatório de risco, de 2018, já previa que, em caso de ruptura da barragem, parte do bairro seria afetada.

A 10 minutos de carro do centro da cidade, Parque da Cachoeira é coberta por ruas de terra. Só tem uma unidade de saúde, que não tinha médicos até a tragédia, e não tem escolas — as crianças estudam em bairros no entorno.

Grande parte da população trabalha no campo, em pequenos comércios e em duas mineradoras próximas, onde dizem ser mais fácil conseguir emprego. Nos finais de semana, o rio Paraopeba era usado como lazer.

“Até hoje a gente não sabe qual área do bairro é segura se houver outro deslizamento. Acho que a gente vai ser esquecido aqui”, diz a comerciante Flávia da Silva, 30, que é um dos 12 membros de uma comissão criada no bairro de atingidos pela tragédia.

As reuniões mensais que a associação de moradores fazia viraram quase diárias e agora envolvem toda a comunidade. Elas acontecem em uma tenda montada pela Vale ao lado da associação, que virou um ponto de apoio para doações, entrega de água potável e atividades recreativas com as crianças.

Alguns encontros envolvem Ministério Público e Defensoria Pública. A ideia é centrar forças para negociar com a mineradora. “Eles alugaram casas para os moradores, afastadas da comunidade, para nos separar”, critica Ademir Caricati, 60, vice-presidente da associação do bairro.

“A Vale tem que explicar se nós temos condições de continuar criando nossos filhos no bairro”, cobrava um dos moradores na reunião. “Ao olharmos para o fundo do nosso bairro, vemos apenas um grande cemitério.”

Entre os medos citados estão de que a lama seja tóxica e prejudicial à saúde, a falta de amparo público e da empresa e um novo rompimento.

No dia 27, dois dias depois da lama já ter tomado o bairro, carros circularam durante a madrugada alertando para o risco de uma barragem de água ruir. Foi um alarme falso.

“Fui no treinamento da Vale no ano passado, mas foi um treinamento sentado. Na hora que esse alerta tocou no domingo foi um desespero só, todo mundo correndo para as partes altas”, diz a faxineira Deniseana França, 39.

Outras dúvidas envolvem o valor dos repasses aos moradores e donos de terras — há muitos sítios cujos donos só aparecem aos finais de semana, totalizando entre 1.000 e 1.200 habitantes no bairro.

O medo é que esses recursos, chamados pela Vale de doação, sejam descontados de uma futura indenização.

Vera se cadastrou para ver se consegue receber o valor do aluguel que está gastando e o preço da casa que teve que abandonar, agora desvalorizada ao lado da lama. O sítio em frente à sua casa, por exemplo, havia sido comprado recentemente por R\$ 500 mil, segundo um morador.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Fernando Gabeira

Título: E a sirene não tocou

Difícil não ser caótico para descrever uma catástrofe.

“O Rio? É doce/ A Vale? Amarga/ Ai, antes fosse/ Mais leve a carga” (Carlos Drummond de Andrade).

Viajei triste para Brumadinho. Estou cansado de desastres. Conheço até sua lógica: tristeza, indignação, medidas urgentes para acalmar os ânimos e logo depois o esquecimento.

A única forma de suportar o que veria era levar a obra de Drummond na viagem. Ninguém melhor do que ele descreveu as relações das mineradoras com a paisagem e mesmo com as almas. Talvez seja o melhor caminho para entender toda essa história.

Drummond era ao mesmo tempo a testemunha e o profeta. Morreu antes do desastre de Mariana, não viveu a fase trágica que se completa agora com o desastre em Brumadinho. A maneira como descreve Itabira é um desastre em câmera lenta.

Depois de Mariana, passei a seguir o trilho da mineração. Cobri um vazamento de alumínio nos igarapés de Barcarena, no Pará. Em seguida, o rompimento do mineroduto em Santo Antônio do Grama.

Não foram em barragens, onde se situa o maior perigo, sobretudo a do tipo de Mariana, que deveria ser proibida. Era uma decorrência do desastre. Mas onde estavam governo e Parlamento? Muito próximos da indústria, muito longe das pessoas e da natureza.

Onde estava a Justiça no caso de Mariana? Por que tão lenta? No ano passado, estive lá e nos escombros comentei a decisão de um juiz de suspender o processo contra a Samarco. Chicanas.

Tenho um pouco de escrúpulo em dizer: isto não pode se repetir. As coisas se repetem tanto. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, assumiu o cargo com o slogan “Mariana nunca mais”. Agora, a Vale quer prometer Mariana e Brumadinho, nunca mais. É só ir empurrando o nunca mais para o fim e acrescentando alguns nomes antes dele.

Lembra-me dos trens italianos, rápido, molto rápido, rapidissimo.

Acreditamos demais na palavras. O presidente da Vale estava na plateia em Davos quando o presidente Bolsonaro afirmou que o Brasil é o país que mais protege o meio ambiente no mundo. Falava apenas da relação das florestas com agricultura e pecuária.

Isso é um problema antigo com Bolsonaro. Ele teve a ideia de fundir o Ministério da Agricultura com o do Meio Ambiente. Argumentei que o meio ambiente era mais amplo, crise hídrica, saneamento básico, estendia-se até o licenciamento no pré-sal.

A pressão de todos os lados o fez recuar: manter o Ministério do Meio Ambiente. Mas, ao falar em Davos, de novo ele abstraiu o meio ambiente e o reduziu à questão do campo.

Bolsonaro dizia na campanha que o Ibama é uma indústria de multa. O Ibama não recebeu, por exemplo, nenhum centavo da multa de R\$ 250 milhões aplicada à Samarco. É uma indústria completamente falida. Seus devedores não pagam.

Não vou argumentar mais, o desastre fala por si: toneladas de lama, bombeiros rastejando no barro fétido, uma vaca atolada, uma antena de TV flutuando, uma caixa-d’água, o desespero das famílias. A sirene que não tocou, e a lama levou os hóspedes da Nova Estância, a própria pousada foi arrastada. Eles tinham um plano de fuga. E a sirene não tocou. Eram 34, ao que me consta. E mais um bebê na barriga da mãe, mulher de um arquiteto brasileiro que vivia na Austrália e veio conhecer Inhotim. E a sirene não tocou.

A resposta geral do governo Bolsonaro foi rápida. Vem aí um Plano de Segurança das Barragens. Faltou aparecer o responsável pela Agência Nacional de Mineração. Pode ser que não tenha visto, estava no meio do desastre.

O que mais temo no pós-desastre é o esquecimento. Triste como a música do Piazzolla “Oblivion”. É um país se esquecendo de si próprio. Essa talvez seja a resposta para a pergunta mais adequada. Por que o que não pode se repetir tem se repetido? Esquecimento. Mas, pelo menos, a obra de Drummond lembrará para sempre as origens do drama:

“Quantas toneladas exportamos/ De ferro?/ Quantas lágrimas disfarçamos/
Sem berro?”

Nem tudo, entretanto, será esquecimento. Trezentos e quarenta e oito pessoas soterradas pela lama ficarão para sempre na memória das famílias, dos amigos, dos bombeiros de vários pontos do Brasil, dos soldados israelenses, voluntários, repórteres amadores, todos que se aproximaram física ou emocionalmente da tragédia. Carregam na memória o capítulo trágico do testemunho poético de Drummond.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Rosiska Darcy de Oliveira

Título: O luto e a lama

O luto é um estado de espírito que piora a cada dia quando se aceita que o que aconteceu não é um pesadelo. É o cara a cara com a perda irreparável, é o amanhã do que não poderia ter acontecido. Olhar em volta e só ver a lama.

Estamos vivendo um luto. Pelas ilusões perdidas, pelos falsos profetas enlameados, pelo país que poderia ter sido e que não foi. Há poucos anos acreditávamos que o Brasil, enfim, decolaria.

Foi nessa época que visitamos Inhotim e pernoitamos em Brumadinho, uma cidade modesta, um nome que se pronuncia com carinho. Voltamos da visita ao parque e, à noite, tudo era alegria, um orgulho imenso do Brasil em que se misturavam os Parangolés do Oiticica, os azulejos da Varejão com uma natureza esplendorosa e bem preservada. O Brasil do talento alimentou esperanças de que um dia o país seria todo como esse parque feito de arte e originalidade, em um meio ambiente exemplar. Nessa noite, em Brumadinho, fomos felizes.

Não tínhamos ainda visto a lama. A lama que invadiu o país, torrencial, se infiltrando por todas as frestas, invadindo as casas, soterrando gente e projetos,

engolfando partidos. Essa lama onnipresente que destrói tudo e nos ameaça com o descrédito internacional, nos faz terra arrasada.

Essa lama que invadiu as empresas que destroem o que deveriam construir, os gabinetes de deputados repletos de fantasmas, essa lama feita de atraso, propinas, ganância, desonestidade, de irresponsabilidade e incompetência, de desprezo pela vida humana, essa lama invadiu as nossas veias e está endurecendo nossos corações. Esse país nos envergonha. Não é o que sonhamos na noite de Brumadinho.

A cidade destruída, mais uma, é uma metáfora poderosa e trágica. Os mortos foram enterrados vivos. Os vivos chafurdam na lama assassina, que cola neles, sem saber como removê-la. Não é um pesadelo. É o Brasil.

Mas há os que não desistem, os que procuram sobreviventes. Em todo o país é preciso buscar sobreviventes para, juntos, reconstruí-lo. Só assim nós mesmos sobreviveremos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Urubu na carniça

Como diria o saudoso coleguinha Rodolfo Fernandes, “o ser humano não falha” A Vale teve de publicar um segundo informe, com o título “Atenção redobrada”, sobre o pagamento de R\$ 100 mil aos familiares das vítimas da tragédia provocada pela empresa em Brumadinho (MG). É que continua tendo trambiqueiro ligando para aplicar golpe. A empresa reforça que o registro está sendo feito somente de forma presencial: “A Vale não solicita qualquer dado bancário ou senhas por telefone”.

Aliás...

Em Brumadinho, tem também advogado abutre que vive de procurar familiares de vítimas de tragédias (isso aconteceu na queda do avião da Gol no Mato Grosso, em 2006) oferecendo serviços com promessas milionárias. Não custa desconfiar e ver de quem se trata.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/02/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Multas ambientais não podem ser ignoradas**

Desde a tragédia de Mariana, em 2015, menos de 15% dos autos de infração foram pagos

No dia seguinte ao rompimento da Barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou que o Ibama aplicaria multa de R\$ 250 milhões à Vale pelo desastre que deixou pelo menos 121 mortos, 212 desaparecidos e danos incalculáveis. A enxurrada de 12 milhões de metros cúbicos de lama, que soterrou instalações administrativas da mineradora, casas, sítios e plantações, já ameaça afetar o abastecimento de cidades como Pará de Minas, podendo até mesmo chegar ao São Francisco.

O valor da multa, que corresponde à soma de cinco autos de infração de R\$ 50 milhões, impressiona, mas a realidade mostra que esses recursos dificilmente irrigam os cofres dos órgãos ambientais. Como mostrou reportagem do GLOBO publicada na quarta-feira, desde o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, em novembro de 2015, a mineradora Samarco, que tem como acionistas a Vale e a BHP Billiton, recebeu 25 autos de infração, totalizando R\$ 350 milhões. Nada pagou. A Vale, multada em R\$ 139 milhões, também não desembolsou um centavo até agora.

O desastre de Mariana, o maior desse tipo já registrado no Brasil, despejou no meio ambiente 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, cinco vezes mais do que o de Brumadinho. Os efeitos para a natureza foram catastróficos. A lama, que atingiu o Rio Doce, percorreu mais de 600 quilômetros até chegar à costa do Espírito Santo, deixando um rastro de destruição jamais visto no país. Municípios mineiros e capixabas até hoje sofrem com o impacto da tragédia.

Não importa se estão em jogo os dois maiores desastres ambientais do país ou um crime ecológico de baixo potencial. O fato é que, na prática, essas multas não são pagas. Desde 2015, o Ibama expediu 63.021 autos de infração. Desse total, foram quitados apenas 9.257, ou 14,6%. É comum que as empresas recorram das punições e posterguem ao máximo os pagamentos, aproveitando-se de brechas na legislação.

Diferentemente do que pregou o presidente Jair Bolsonaro, que, antes de assumir, prometeu acabar com a “festa de multas” dos órgãos ambientais, o pagamento é exceção à regra.

Um desses casos isolados ocorreu em janeiro de 2000, quando 1,3 milhão de litros de combustível vazou de um duto da Reduc, transformando a Baía de Guanabara num mar de óleo — a foto do mergulhão agonizando virou um símbolo do acidente. Multada pelo Ibama em R\$ 50 milhões —máximo previsto na Lei de Crimes Ambientais —, a Petrobras pagou de imediato, por decisão do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se multas lavradas pelos órgãos ambientais não são pagas, o papel pedagógico da punição é nulo. Sinaliza que cidadãos ou empresas podem desmatar florestas, poluir rios e mares, fazer pesca predatória, tornar o ar irrespirável, extrair recursos naturais de forma ilegal etc. sem qualquer temor. De certo, pouco ou nada ganham com isso, como provam as tragédias de Mariana e Brumadinho. E todos nós perdemos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Justiça nega pedido de liberdade de engenheiros

Segundo o último balanço, 121 corpos já foram encontrados; e 107 mortos foram identificados até o momento

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) negou ontem os pedidos de habeas corpus apresentados pelas defesas dos engenheiros André Yassuda e Makoto Namba, funcionários da empresa alemã Tuv Sud.

Responsáveis pelos laudos que atestaram a estabilidade da barragem da Vale que desmoronou em Brumadinho (MG), eles foram presos na terça-feira, em São Paulo, e transferidos para um presídio em Contagem (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Ministério Público e a Polícia Civil investigam se houve fraude na emissão dos documentos que asseguravam que a estrutura era segura. Três funcionários da mineradora (Cesar Augusto Paulino Grandchamp, Ricardo de Oliveira e Rodrigo Artur Gomes de Melo) também foram presos e tiveram os pedidos de liberdade negados pela Justiça anteontem.

As decisões afirmam que não há ilegalidade nas prisões temporárias — o prazo estipulado para as detenções dos cinco investigados é de 30 dias. Em nota enviada ao G1, a Tuv Sud informou que “lamenta” o rompimento da barragem e que fez “duas avaliações da barragem a pedido da Vale: uma revisão periódica da segurança da barragem (junho de 2018) e uma inspeção regular (setembro de 2018)”.

BUSCA POR DESAPARECIDOS

De acordo com o balanço mais recente da Defesa Civil de Minas, divulgado ontem, 121 pessoas morreram na tragédia, das quais 107 foram identificadas. Ainda há 212 desaparecidos. Equipes do Ibama que realizam expedições no Rio Paraopeba encontraram três corpos às margens do rio desde quinta-feira. Agentes do órgão ambiental estão no local para avaliar os impactos da tragédia.

Ontem, 64 homens e dois helicópteros da Força Nacional enviados pelo governo federal começaram a auxiliar no resgate. Eles se juntaram a 228 bombeiros de Minas; 104 militares de outros estados e 58 bombeiros civis e brigadistas que atuam em Brumadinho

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/02/2019****Seção: O País****Autor: THIAGO HERDY****Título: Política e mineração de mãos dadas em Minas Gerais**

Principal representante do setor tem há duas décadas influência multipartidária

Naquela noite de julho de 2014, a decoração do salão de festas no alto do prédio mais alto da cidade, de onde só se avista uma Belo Horizonte não afetada pela mineração, era inspirada em Las Vegas. Os convidados a celebrar as 60 primaveras do presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), José Fernando Coura, dividiam-se basicamente em dois grupos: gente da política ou da indústria da mineração. Em Minas Gerais, uma turma está para a outra como o queijo para a goiabada.

Presentes o governador em exercício, Alberto Pinto Coelho (PP), e os dois principais candidatos à sucessão — Fernando Pimentel (PT) e Pimenta da Veiga (PSDB). Também secretários de governo, prefeitos, parlamentares das extensas bancadas da mineração, tanto da Assembleia mineira quanto da Câmara Federal. De PT a PSDB, PP a MDB. No meio da noite, a surpresa foi quando o aniversariante pegou o microfone para interpretar canções românticas da MPB. A plateia vibrou.

Os quatro mandatos consecutivos de Coura à frente do sindicato da indústria mineral significam quase duas décadas dedicadas a influenciar o mundo político mineiro. Um pequeno fragmento do alcance de sua ação foi conhecido na Operação Acrônimo, quando a Polícia Federal flagrou o Sindiextra pagando R\$ 400 mil ao assessor e testa de ferro de Fernando Pimentel, Otílio Prado, em 2013 e 2014. O episódio é alvo de inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Coura não se manifesta sobre o assunto.

“Será plenamente esclarecido”, limitou-se a dizer, na última sexta-feira, ao GLOBO, por meio da assessoria do Sindimax. Ele também minimiza a relação construída com políticos: “São relações estritamente institucionais e com diversas instâncias dos poderes”. O sindicato divulgou comunicado lamentando o ocorrido em Brumadinho. “Não mediremos esforços para amenizar a dor das vítimas e de seus familiares”, diz o texto.

Presença notada na festa de aniversário de Coura e em eventos do Sindimax, o deputado federal Leonardo Quintão (MDB-MG) é reconhecido como principal líder em defesa dos interesses do setor no Parlamento — e o primeiro da lista de doações a parlamentares mineiros por mineradoras em 2014 (R\$ 2,1 milhões), ano em que era permitida a doação de empresas. Em 2013, ele foi o relator da medida provisória que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), ocasião em que suprimiu dois dispositivos que aumentariam a fiscalização de barragens de rejeitos, segundo reportagem do “Valor”. Em nota, o deputado alegou que a supressão visou preservar a competência de servidores que cuidam da fiscalização.

Braço direito e esquerdo da articulação partidária dos 12 anos de governo tucano em Minas (2003-2014), o discreto ex-chefe da Casa Civil Danilo de Castro também nunca faltou às festas de Coura. Em conversa gravada por Joesley Batista, da JBS, em março de 2017, Aécio Neves (PSDB-MG) contava como vantagem o fato de ter nomeado, naquele dia, o presidente da Vale.

— Consegui fazer um negócio raro pra caralho, botei o cara dentro do headhunter, vai ser anunciado segunda de manhã (...) (Luiz) Trabuco (então presidente do Bradesco) e (Paulo) Caffarelli (então presidente do Banco do Brasil) estão sabendo, fechamos hoje, batemos o martelo — disse Aécio em gravação entregue à PF.

Na segunda-feira, Fábio Schvartsman foi anunciado como presidente da Vale. Na última sexta, Trabuco e Caffarelli negaram ao GLOBO, em nota, ter havido o acerto relatado por Aécio. Já o tucano não quis dizer se blefava ou falava a verdade. “A gravação retratou um diálogo pessoal e informal”, informou o advogado Alberto Toron.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Mateus Parreiras

Título: Reforço nas buscas

As buscas por vítimas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, seguiram ontem com reforço de agentes e cães farejadores da Força Nacional de Segurança Pública, ao lado do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. A Força pode operar na chamada área quente, que é a mais crítica por contar, com policiais militares e civis, além de com bombeiros de elite dos estados da federação. O forte calor desde a última chuva, há uma semana, fez com que grandes extensões de lama e rejeitos se solidificassem em grandes blocos de placas trincadas que lembram o solo sertanejo. Com isso, as equipes de buscas puderam ampliar o seu raio de ação, com escavadeira, revisitando com os cães espaços antes acessíveis apenas por meio de rastejamento.

As equipes aproveitaram essa condição para percorrer áreas do refeitório de funcionários da mineradora Vale, o entorno do ônibus em que foram resgatados dois corpos e os arredores de moradias desintegradas pela avalanche de lama e rejeitos na pequena comunidade de Córrego do Feijão. Havia bombeiros até mesmo no meio do grande vale formado pela passagem do tsunami de destruição, em locais onde antes um rio havia se constituído. De acordo com os socorristas que atuaram nas operações de ontem, o terreno mais duro ajudou a ampliar a área de buscas.

Outra área que tem sido intensamente vasculhada desde o primeiro dia são os setores administrativos e de operação da Vale. Pelo menos quatro escavadeiras anfíbias, que conseguem se deslocar na lama, e regulares, com esteiras, revolvem o barro que encobre pátios e estruturas. Em volta, bombeiros usam bastões para sondar o solo atrás de vítimas e indícios de estruturas onde mais buscas possam ser feitas.

IML

Ontem, o Instituto Médico Legal (IML) identificou mais oito corpos resgatados na área. Com isso, o número de vítimas cujos nomes foram divulgados pela Polícia Civil passou para 114 — 94,21% dos 121 mortos contabilizados pelo Corpo de Bombeiros. Outras 226 pessoas continuam desaparecidas, enquanto 395 foram encontradas vivas. Segundo a Polícia Civil, o IML já liberou a maioria dos corpos identificados. Onze permanecem no local, aguardando retirada por parte de parentes.

No sábado, uma equipe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) achados dois corpos durante um levantamento técnico sobre os impactos da tragédia. Os corpos foram encontrados numa área central de Brumadinho, presos em vegetações às margens do rio Paraopeba. A Polícia Militar Ambiental de Betim registrou um boletim de ocorrência sobre os corpos, que seguiram para identificação.

73 animais resgatados

A Brigada Animal segue com o trabalho de resgate dos bichos atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho, Minas Gerais. Até a última contagem, atualizada na sexta-feira, houve 73 salvamentos de aves, répteis, equinos, bovinos, felinos e caninos. Há animais que ainda exigem cuidados especiais. Dos 33 cachorros salvos, sete precisam de tratamentos intensivos e semi-intensivos e uma está prenha. Sete gatos foram resgatados, mas um filhote está em situação grave. Os cinco cavalos salvos registraram presença de ectoparasitas e leves escoriações.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 04/02/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Sem a mesma sorte**

Uma parada para o almoço salvou a vida do soldador Eridio Dias, de 32 anos, em 2015. Ele era um dos operários que trabalhavam em Mariana. Na época, ele escapou da lama que desceu da barragem de Fundão e saiu vivo da tragédia. O irmão Laércio Dias diz que Eridio relatava como escapou ileso daquela tragédia.

Três anos depois, a sorte não foi a mesma. Dias é uma das 226 pessoas desaparecidas na tragédia em Brumadinho. “Ele estava almoçando no refeitório quando veio aquele monte de lama e levou todo mundo”, contou a tia, Luzia Aparecida Felipe.

Muito abalada e sem sinais do sobrinho, Luzia disse que não há muitas esperanças de encontrá-lo com vida. “Cheguei a pensar que estava em um mato ou tivesse sido socorrido por alguém, que estivesse em alguma casa da região. Mas a ficha vem caindo com o passar dos dias”, lamentou.

“Naquela (tragédia de Mariana), ele se salvou, mas, nesta, a gente acha muito difícil. Só Deus sabe”, disse o irmão que acompanha os trabalhos de busca. Antes de chegar a Brumadinho, Laércio passou pelo Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte, onde amostras de DNA foram colhidas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 04/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Renan Damasceno****Título: Donativos de sobra**

O teatro está abarrotado com duas toneladas de peças de roupas. As duas quadras esportivas estão ocupadas com os 150 mil litros de água, em garrafas e galões. As 27 toneladas de alimentos passam pela triagem — para ver se não estão violados ou vencidos —, e são organizadas em pilhas, enquanto 11 toneladas de materiais de limpeza são estocados em outra sala.

Brumadinho não tem mais capacidade para estocar as doações que chegam de todas as partes do Brasil. Ontem, o centro montado no ginásio poliesportivo para receber donativos funcionou até meio-dia. Durante a tarde, os voluntários trabalharam na organização. “Todos os locais estão abarrotados. Não temos capacidade de armazenamento. Estamos organizando esse fluxo, pois as doações foram muito maiores que a necessidade neste primeiro momento”, afirmou Douglas Sant’Anna, especialista em logística de desastres.

A intenção é criar um bazar nos próximos dias, para que os atingidos possam escolher as roupas. “As pessoas não chegam em uma loja e pedem um saco de roupa, elas experimentam para ver o que dá”, afirmou. O excedente recebido será encaminhado pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) às instituições sociais do estado. Serão priorizadas áreas de vulnerabilidade socioambiental.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 04/02/2019****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: Depois do golpe humano, o baque no PIB**

Mercado s/a

O desastre em Brumadinho (MG) deve impactar o PIB brasileiro. A avaliação é de Luciano de Freitas Borges, que foi secretário de Minas e Metalurgia nos governos dos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e que atualmente é sócio da Ad Hoc Consultores. Além do corte de pelo menos 10%

na produção de minério de ferro da Vale, que afetará as exportações de um setor relevante para a balança comercial brasileira, o PIB deverá ser impactado pela redução da atividade econômica no estado de Minas Gerais — a terceira maior economia do país, atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. “A greve dos caminhoneiros não afetou o PIB? Imagine agora o que poderá acontecer depois desse acidente”, afirma Borges. Com 10 minas paralisadas, lembra o especialista, muitos municípios terão uma expressiva queda de arrecadação. Segundo o consultor, ainda é cedo para dimensionar o tamanho do estrago econômico, mas é certo que ele virá.

MME / ASCOM .